



A difusão do acervo arquivístico histórico da Fiocruz como estratégia de comunicação organizacional integrada

Cristiane d'Avila
cristiane.davila@fiocruz.br
Departamento de Arquivo e Documentação
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Introdução

Instituto voltado à preservação da memória da Fiocruz e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil, a Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), desde a sua inauguração, em 1985, dedica-se à captação e ao tratamento de arquivos e coleções arquivísticas de cientistas, médicos e sanitaristas com atuação nos campos das ciências biomédicas e da saúde, bem como de instituições extintas dos mencionados campos, e ao recolhimento dos arquivos permanentes das unidades da Fiocruz. Em alguns anos, a COC tornou-se um centro de referência na preservação de um conjunto expressivo de arquivos privados pessoais e também institucionais – fontes de valor inestimável para a compreensão dos processos científicos e sanitários do país – e, mais recentemente, no desenvolvimento de estudos sobre a gênese e o tratamento destes arquivos¹.

Fruto de iniciativas destinadas à constituição de fontes de pesquisa histórica e à preservação da memória institucional da Fiocruz, o núcleo inicial do acervo arquivístico de valor permanente e histórico sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC) formou-se em 1986. Hoje, esse acervo, disponível para consulta, é composto por mais de 110 fundos e coleções – com documentos institucionais e pessoais dos gêneros textual, iconográfico, sonoro, cartográfico, micrográfico, filmográfico e tridimensional, datados predominantemente

¹ ELIAN, Paulo. *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

nos séculos 19 e 20 – e por fontes relativas à formação do Sistema Único de Saúde (SUS), compondo um repositório singular da memória e da história da saúde no Brasil²

A difusão do arquivo histórico: contexto e avaliação

Na COC, cabe ao DAD, através do Serviço de Arquivo Histórico (SAH), a missão de captar, preservar, organizar e dar acesso ao patrimônio sob sua guarda. São parte do acervo arquivístico histórico os mencionados arquivos institucionais e os pessoais. Atualmente, as ações de difusão desse acervo ocorrem por meio dos seguintes serviços e iniciativas: Sala de Consulta (onde é realizado o atendimento presencial e remoto ao usuário, que também recebe orientação sobre o uso dos instrumentos de pesquisa e os procedimentos para a requisição e cópia de documentos); acesso à Base Arch (repositório de informações sobre o acervo na internet); publicação de instrumentos de pesquisa; publicação de artigos científicos e livros; produção de documentários; produção de DVDs multimídia; realização de eventos técnico-científicos e palestras; montagem de exposições; realização de cursos técnicos e outros; condução de visitas técnicas; publicação periódica de imagens do acervo no perfil da Fiocruz na rede social Instagram, no site e na página da COC no Facebook; publicação de textos e fotos do acervo no portal Brasileira Fotográfica (fruto de parceria entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Moreira Salles), do qual a COC é colaboradora.

Tais ações, entretanto, carecem de um Plano de Comunicação que as integrem e favoreçam a expansão do acesso da sociedade ao acervo, fomentando o interesse do público leigo em consultar esses documentos e promovendo o engajamento deste público com temas da história das ciências biomédicas e da saúde. Diante deste cenário, surgem algumas indagações: como reconfigurar as políticas institucionais dos arquivos

² Os arquivos dos cientistas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, e os negativos de vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz - IOC (1903-1946), são registrados no Programa Memória do Mundo da Unesco e reconhecidos como patrimônio documental da humanidade. O Programa Memória do Mundo da Unesco apresenta registro internacional, nacional e regional. No caso da Fiocruz, o Arquivo Oswaldo Cruz foi nominado no Registro Nacional em 2007 (<http://bit.ly/2yftoLz>); o Fundo Carlos Chagas em 2008 (<http://bit.ly/2gcsAjY>) e o Fundo de Negativos de Vidro do IOC em 2012 (<http://bit.ly/2xxdywB>). O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco está no Arquivo Nacional, ver em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/mow-brasil.html>

nivelando, em um mesmo plano, as ações de guarda, preservação e difusão comunicacional? Como revelar o aspecto inovador e estratégico do planejamento da comunicação organizacional e o conseqüente impacto dessa ação para a difusão de acervos? Como “comunicar” a memória na era digital, em que dados são produzidos, recuperados e armazenados por tecnologias de uma sociedade cada vez mais midiaticizada?

Tomando-se como exemplo o Arquivo Público do Estado de São Paulo, observa-se que as iniciativas de difusão são desenvolvidas desde 2009 no Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, do qual fazem parte os seguintes núcleos: Núcleo de Atendimento e Assistência ao Pesquisador, para prover o acesso ao salão de consulta; Núcleo de Ação Educativa, dedicado à aproximação do Arquivo com instituições educacionais e com o público em geral; Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca. Tais núcleos promovem a gestão integrada do acervo, favorecendo a disponibilização de informações e a difusão das fontes arquivísticas.

No Arquivo Nacional, as ações de difusão concentram-se na disponibilização de produtos e serviços no portal (arquivonacional.gov.br), onde o usuário tem acesso à uma área dedicada exclusivamente ao tema. Sites temáticos, calendário de exposições, publicações, acesso a instrumentos de pesquisa e aos acervos mais consultados, entre inúmeras outras iniciativas de difusão, estão disponíveis na plataforma.

Outro exemplo é a Brasileira Fotográfica, repositório voltado à preservação digital, resultado de uma parceria da Biblioteca Nacional com o Instituto Moreira Salles. Lançado em 2015, o portal conta com mais de 10 milhões de visualizações, mais de 6 milhões de pesquisas realizadas e 90 artigos publicados, que fornecem um panorama da fotografia no Brasil desde as suas origens, no século 19, até as primeiras décadas do século 20³. A plataforma é colaborativa e recebe contribuições (textos e imagens) de diversas instituições nacionais e internacionais com relevante coleção de acervos para a história do Brasil, como o Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, a Marinha do Brasil e a COC/Fiocruz.

³ PORTAL BRASILEIANA FOTOGRAFICA. *Plano de Trabalho e Convênio de Cooperação*. Rio de Janeiro, 2017.



Em recente e inédito congresso internacional em Humanidades Digitais realizado em abril de 2018, no Rio de Janeiro, organizado e promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Casa de Rui Barbosa, centenas de pesquisas e projetos técnico-científicos em curso foram apresentados em formato de comunicações e pôsteres. O evento possibilitou a exibição de uma miríade de iniciativas transdisciplinares sobre difusão de acervos textuais, bibliográficos, fotográficos e cartográficos, big data, design da informação, plataformas colaborativas, internet das coisas, etc., que problematizam a experiência humana na ambiência digital. Entre outras questões, os temas confirmam a importância de se pensar o papel da comunicação, da história e da memória no presente hipertrofiado da modernidade cognitiva – entre inúmeras outras denominações convencionadas para a análise e compreensão da contemporaneidade, de forma que as instituições possam se apropriar das potencialidades desse novo ecossistema e reconfigurar a cultura organizacional.

Fundamentação teórica inicial

Barbosa e Silva (2012) enfatizam que é por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes e se constrói a noção de seu valor, seja editorial, cultural ou educativo. Destacam as autoras: “a difusão é apenas uma dentre as ações que devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental” (Idem, p.47). Estão no rol das ações de difusão de acervos a publicação de

livros, periódicos e conteúdo de internet (...), a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos, a condução de visitas monitoradas, o atendimento a grupos de alunos, a preparação de materiais didáticos e o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo (Idem: 46).

As pesquisadoras Magalhães e Sinoti (2001), no texto de abertura da obra que apresenta relatos de trabalhadores que participaram da construção de Brasília, em comemoração aos 40 anos da capital federal, complementam a assertiva apontando não apenas a importância das políticas de difusão, mas a problematização sobre o que se deve



ou não guardar: ter sua imagem “preservada para a eternidade é uma dimensão da experiência humana. Mas o que se escolhe para guardar ou registrar, como, com quem e para quem se produzem e se preservam as diferentes memórias é um processo que passa por relações de poder” (Idem: 9). Por esse viés, se o que se guarda, ou se registra, representa um processo que envolve a negociação entre memória e esquecimento, a definição de identidades, o direito ao uso e à privacidade de dados pessoais e a luta entre os atores sociais pelo reconhecimento e a prevalência de seus respectivos interesses, deve-se olhar para os objetos contidos nesses lugares de memória (NORA, 1981) e indagar de que múltiplas formas se pode difundir-los mas, sobretudo, por quê e para que fazê-lo.

Portanto, a questão que se propõe neste artigo às instituições arquivísticas, para além de seu compromisso com a seleção, conservação e guarda dos arquivos para a sociedade que os produziu, é a realização de uma difusão-comunicação performativa, construída em ato coletivo, não-hierarquizado, que considere os “novos regimes de propriedade do comum” (BENTES, 2015: 63). Em outras palavras, como contraponto a um contexto de crise generalizada de representação que colocou em xeque a crença, a credibilidade e a autoridade de tudo e de todos, incluindo empresas, governos, imprensa, justiça, ciência e a própria história, analisar os modos como as instituições de memória podem construir novas formas de narratividade, interação e consenso torna-se imperativo.

Sem dúvida, vivemos em uma época cuja temporalidade é subvertida pela noção de um “tempo sem tempo”, um tempo 24/7 (24 horas, 7 dias por semana, segundo o regime global do trabalho, do consumo e das redes de informação, que agora utilizam o homem como cobaia por meio da visibilidade instrumentalizada e constante, segundo Jonathan Crary) que celebra a “alucinação da presença” (CRARY, 2016: 39). Sendo assim, uma comunicação performativa dos “lugares de memória” deve considerar, sobretudo, a imbricação de uma sociedade, “que é só história, vestígio e trilha” (NORA, 1981: 8), com suas tecnologias, que emergem “na fronteira nebulosa onde são inventadas as ideias, as coisas e as práticas” (LEVY, 1999: 26-27) e suas memórias, enraizadas “no concreto, no espaço, no gesto, na linguagem, no objeto” (NORA, 1981: 9). Conforme atesta Casadei,

Nos tempos atuais, parecemos estar diante de uma nova revolução neste sentido. Os entrecruzamentos e as reestruturações de linguagens



16^o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia

UFCG / UEPB, CAMPINA GRANDE, PARAÍBA

15 a 18. Outubro. 2018

proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação parecem pôr em operação um redesenho dos modos tradicionais de transmissão da memória e do passado, a partir do estabelecimento de novos modos de sociabilização e de interação com os tradicionais “lugares de memória”. Além de transformar a configuração destes espaços em seu cerne (através da reconfiguração de sua linguagem), esses novos espaços promovem uma nova forma de relacionamento das pessoas com o passado, a partir da abertura da possibilidade de interação e participação ativa na construção desta memória relacionada à construção das identidades coletivas. (CASA DEI, 2009: 3)

Diante da emergência de novos sujeitos de discurso – e com eles novos regimes de verdade, na acepção de Michel Foucault, a relação da sociedade com suas instituições de memória há de ser problematizada. Considerando a ruptura, a transgressão e a hibridização como opções permanentes, uma vez que hoje todos somos “produtores e arquivadores de nossas memórias (através dos mais variados dispositivos tecnológicos de produção e armazenamento de dados, sejam eles físicos ou digitais), é possível repensar os códigos institucionais convencionais, as normas e valores cristalizados e, assim, promover a transparência e a democracia participativa no âmbito institucional. Apontar os desafios postos aos ambientes e culturas organizacionais em contexto de capitalismo informacional, cognitivo (BENTES, 2015: 59), de fluxos transnacionais de informação e comunicação e de novas formas de sociabilidade baseadas no compartilhamento, na interação e na atuação em rede parece-nos, portanto, um passo preliminar indispensável.

Perante um cenário de “isolamento digital fantasmagórico” no qual “as relações interpessoais que constituem a base do espaço público se tornam irrelevantes” (CRARY, 2016: 99), é necessário refletir e avaliar como as organizações, no caso específico de instituições de guarda de acervos arquivísticos, podem atuar de maneira a compreender e se engajar nesse novo ecossistema. “Hoje nós temos uma oportunidade histórica de experimentar outros modelos de políticas públicas, ainda embrionários, redes socioculturais, que funcionam justamente de forma horizontal, acentrada, rizomática, organizando a própria produção” (BENTES, 2015: 62). Nesse contexto, cresce a importância do planejamento estratégico de comunicação organizacional.

Justificativa



O Relatório Final do VII Congresso Interno da Fiocruz⁴, apontou no Eixo 2 “Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade” que a Fiocruz deve apresentar, como resultados para a sociedade, “Democratizar a comunicação, promover o debate público e o acesso à informação em saúde para os cidadãos” e “Formular e fortalecer políticas e ações de informação e comunicação em saúde, divulgação científica e popularização da ciência que promovam o debate público sobre saúde e CT&I, com vistas ao empoderamento da população”. Como processos internos para o alcance destes resultados, ganha destaque o item “Conceber, implantar, gerenciar, desenvolver e disseminar serviços, produtos e ferramentas baseados nas tecnologias de informação e comunicação”. Estes processos e resultados vão requerer, como recursos basais para a inovação na gestão, “Proporcionar estrutura compartilhada em tecnologias da informação e práticas para apoio à integração de ações estratégicas de comunicação da Fiocruz”.

Em vista destas diretrizes inseridas no documento, não é incorreto afirmar que, para a Fundação, a comunicação deixa de ser “mero apêndice do processo de gestão” para incorporar “uma série de atributos que a identificam como insumo estratégico”⁵. Pode-se inclusive sugerir que atuar de forma estratégica na gestão da comunicação organizacional na Fiocruz fortalece a democratização da informação e fomenta o debate público sobre saúde e CT&I, empoderando não apenas os atores inseridos nesta organização, mas também a sociedade.

De acordo com o Documento “A Fiocruz e o Futuro do SUS e da Democracia”⁶, a Fundação é hoje a maior instituição brasileira produtora de conhecimento em saúde, envolvendo o campo das ciências biomédicas, sociais e humanas em uma grande diversidade de áreas e subáreas de conhecimento. Para tal fim, o documento aponta que

⁴ O Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de deliberação da instituição, é um componente central de democracia participativa da instituição, que possui três atribuições principais, segundo estabelecido pelo seu Estatuto: I - deliberar sobre assuntos estratégicos referentes ao macroprojeto institucional; II - deliberar sobre Regimento Interno e propostas de alteração do Estatuto; III - apreciar matérias que sejam de importância estratégica para os rumos da instituição. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Documento Base do VIII Congresso Interno*. Rio de Janeiro, outubro de 2017.

⁵ DUARTE, Jorge A. M., SILVA, Heloiza Dias da. *Política de Comunicação e Gestão Empresarial: a experiência da Embrapa*. Revista *Organicom*, Ano 4, Nº 6, 1º semestre de 2007.

⁶ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Documento Base do VIII Congresso Interno*. Rio de Janeiro, outubro de 2017.



16^o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia

UFCG / UEPB, CAMPINA GRANDE, PARAÍBA

15 a 18. Outubro. 2018

“a geração de conhecimentos na instituição, em suas diversas áreas de atuação, deve ser orientada para fortalecer o compartilhamento com a sociedade, se organizando de forma a produzir novas abordagens, alternativas e inovações que favoreçam o complexo processo de construção e consolidação do SUS e fortaleça a ciência brasileira”. Com base nas diretrizes político-institucionais da Fiocruz é possível afirmar, portanto, que investir no planejamento e na execução de ações permanentes de comunicação potencializam a interlocução da instituição com a sociedade, estimulando a transparência e a democratização de informações.

Metodologia

As ações de planejamento da comunicação organizacional para difusão do acervo arquivístico histórico incluem etapas de pesquisa e avaliação de cenário para a definição e demarcação do objeto; a sensibilização dos agentes a serem envolvidos ou impactados pelas ações comunicacionais propostas; a aprovação da proposta inicial pelos gestores. Após o cumprimento das etapas elencadas, propõe-se a efetivação de um plano de trabalho incluindo metas e etapas de cada atividade; a formação de um grupo multidisciplinar de trabalho; a identificação dos pontos fortes e fracos que podem vir a facilitar ou dificultar a implementação das ações propostas, avaliando recursos financeiros e humanos; a elaboração de indicadores de desempenho e de métricas para a aferição de resultados e, por fim, a seleção de metas, produtos e resultados esperados para inserção no Plano Quadrienal 2019-2022 da Casa de Oswaldo Cruz, a fim de que as ações comunicacionais implementadas para a difusão dos arquivos históricos sejam assimiladas e reconhecidas como estratégicas para o cumprimento da missão da instituição. Seguimos a linha de Kunsch (*apud* MACHIORI; NASSAR, RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2011), segundo a qual o Planejamento Estratégico envolve a organização como um todo, identifica as melhores formas para gerenciar as ações estratégicas das organizações, considera as demandas sociais e competitivas, as ameaças e as oportunidades do ambiente e toma decisões no presente que tragam resultados eficazes no futuro.

Considerações finais

Artefatos sociais que revelam o desejo de memória de um dado grupo social, os arquivos são desafios para as entidades custodiadoras. Na acepção do DAD, a realização de ações de comunicação irá, entre outras vantagens, promover a utilização de novas mídias (vídeos, fotos, áudios, cartazes digitais), a abertura de novas vias de interação com o público (por meio do compartilhamento de informações e do diálogo direto com o usuário, no caso das redes sociais digitais⁷) e a complementaridade na divulgação de conteúdos até então acessados na Sala de Consulta e através da Base Arch.

Além disso, essas estratégias comunicacionais poderão facilitar o mapeamento dos principais temas e conjuntos documentais mais acessados pelos usuários do acervo; a mensuração da repercussão dos conteúdos postados, no caso de rede social digital; a elaboração de relatórios; o atendimento direto aos usuários através de respostas a comentários; o conhecimento mais detalhado sobre o público que acessa o conteúdo difundido; a divulgação ampliada do acervo, considerando que a Fiocruz não investe em publicação impulsionada (paga).

Observa-se que institucionalizar uma comunicação em ato, performativa, através da colaboração, do compartilhamento em rede e do uso de novas linguagens e formatos poderá interferir positivamente na lógica como as instituições se comunicam com a sociedade – em geral de forma verticalizada, independentemente da plataforma utilizada. Considera-se que tal estratégia favorecerá a expansão da inteligência coletiva e a apropriação social da história das ciências e da saúde, reforçando a mensagem de que a instituição está atenta à missão de estabelecer o intercâmbio simbólico com a população de forma transparente, democrática e integradora, buscando manter-se em compasso com o seu tempo.

⁷ Optou-se pela definição sugerida pelo grupo de pesquisa Ciência, Tecnologia e Sociabilidade do Mestrado em Promoção da Saúde do Centro de Ensino Superior de Maringá: “Em síntese, o grupo formulou o conceito de “rede social digital” como a macroestrutura tecnológica que dá suporte a um conjunto de atores sociais (sujeitos e instituições) conectados por *laços sociais* (BATISTA, 2012; RAHME, 2010; FREUD, 1976, 1997), os quais são formados, mantidos e reforçados (ou não) por meio de *interações sociais* (VYGOTSKY, 1989, 1987; BAKHTIN, 1988; LURIA, 1987). As interações são concretizadas, realizadas dentro de uma relação de troca de conteúdos. Estes podem ser criados pelas mais diferentes linguagens disponíveis no formato digital: textual, sonora, audiovisual e imagética. Estas ferramentas potencializam a manutenção e a expansão dos laços sociais, além de ajudarem a visualizar as redes de relacionamento das quais cada sujeito faz parte”. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100011&lng=en&nrm=iso>.



Referências

- BARBOSA, Andresa C. O.; SILVA, Haike R. K. “Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo” *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 1, p. 45-66, jan./jun. 2012 – pág. 45.
- BARICHELLO, Eugenia M.M.R. “Midiatização e cultura nas organizações da contemporaneidade: o processo de midiatização como matriz de práticas sociais”. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). *Contexto Organizacional Midiatizado*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difusão; Senac, 2014, v. 8, p. 37-43.
- BENTES, Ivana. *Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. “Centros de memória: uma proposta de definição”. – São Paulo: *Edições Sesc São Paulo*, 2015.
- CAMARGO, Célia. “Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas”. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003, p.21-44.
- CASADEI, Eliza Bachega. *Os novos lugares de memória na Internet: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 2018-04-26.
- CHAGAS, Mario de Souza. “Cultura, Patrimônio e Memória”. In: *Integrar 1o. Congresso Internacional de Arquivos Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*, 2002, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1. p. 135-150.
- CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- D’AVILA, Cristiane *et al.* “O uso de redes sociais on-line como estratégia de comunicação organizacional”. Projeto ganhador de Menção Honrosa no Prêmio de Inovação na Gestão Fiocruz. *Fundação Oswaldo Cruz*, out.2015.
- DUARTE, Jorge A. M., SILVA, Heloiza Dias da. “Política de Comunicação e Gestão Empresarial: a experiência da Embrapa”. *Revista Organicom*, Ano 4, Nº 6, 1º semestre de 2007.
- ELIAN, Paulo. “Manual de Organização de Arquivos Pessoais”. *Casa de Oswaldo Cruz*. Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. “Documento Base do VIII Congresso Interno”. *Fiocruz*. Rio de Janeiro, outubro de 2017.
- KUNSCH, Margarida. M. Frohling. (org.). *Comunicação organizacional: históricos, fundamentos e processos*, v.1. São Paulo, Saraiva, 2009.
- MARCHIORI. M.; NASSAR, P.; RIBEIRO, R.; FIGUEIREDO, S. “O ensino de planejamento nos cursos de Comunicação/ Relações Públicas no Brasil”. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, jan./jun. 2011.



16^o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia

UFCG / UEPB, CAMPINA GRANDE, PARAÍBA
15 a 18. Outubro, 2018

MAGALHÃES, Nancy; SINOTI, Marta. (Org). *Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília*. Brasília: NECOIM, 2001.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista dos Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, SP – Brasil, 1981.